



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.403

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Servidores – Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Mesa Diretora

Data: 21/03/2023

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 29/2023. Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.531, de 28/03/2023).

Controle Interno – Caixa: 22

Posição: 26

Número de folhas: 11

Espécie: PL
Categoria: Servidores da Câmara
CV: 22
Ordem: 26
Nº fls: 08



Nº 16/2023

23.03.2023

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 29/2023

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe sobre Reajuste dos Vencimentos de Servidores Ativos e Inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG. E Contém Outras Providências.

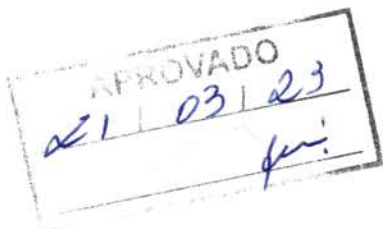
MOVIMENTO

- 1 - 21/03/2023
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - Comissão de Finaças Orçamento Tomada de Contas
- 4 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 5 - *EM 23-03-2023*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

PROJETO DE LEI Nº 3.9/2023



DISPÕE SOBRE REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, por meio de seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste de 10,0% (dez por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Art. 2º. O limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906, de 14 de março de 2008, e suas posteriores alterações, fica acrescido de 300 (trezentos) pontos.

Art. 3º. O valor do ponto é o fixado pela Lei Municipal nº 3.002, de 19 de abril de 2002.

Art. 4º. Na composição dos gabinetes deverá ser observados os limites: mínimo de 02 (dois) e máximo de 16 (dezesesseis) assessores por gabinete.

Art. 5º. O reajuste e o acréscimo previstos nesta Lei ficarão condicionados à disponibilidade financeira e aos limites previstos no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que o art. 1º produzirá seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 20 de março de 2023

Martins Lima Filho

Presidente

Igor Gustavo Dias

Primeiro Secretário

Maria Helena de Quadros Lopes

Vice-Presidente

Wilton Afonso Dias Soares

Segundo Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 21 DE MARÇO DE 20 23
[assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 21 DE MARÇO DE 20 23
[assinatura]
PRESIDENTE



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

1 – JUSTIFICATIVA

O presente estudo visa demonstrar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro advindo de Projeto de Lei, que ***“dispõe sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros e aumento de pontos previstos na Lei Municipal 3.906/2008”***.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal nº 101/2000) exige, para aumento de despesa, os seguintes requisitos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Portanto, no presente estudo faz-se constar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

2 – INFORMAÇÕES

2.1 – Projeto de Lei

I – Reajuste de 10,0% (dez por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II – Aumento de 300 (trezentos) pontos no limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906/2008.

2.2 – Legislação Orçamentária

I – Lei Municipal nº 5.504, de 21 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual);

II - Lei Municipal nº 5.458, de 23 de junho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias);

III - Lei Municipal nº 5.400, de 15 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual 2022-2025);

IV - Decreto nº 4.518, de 08 de março de 2023 (Suplementa dotação).

3 – METODOLOGIA

A projeção da despesa decorrente do reajuste e do aumento de pontuação leva-se em conta os exercícios fiscais de 2023, 2024 e 2025, serão utilizados os valores relativos às dotações 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas e 3.1.90.13 e 3.1.91.13 – Obrigações Patronais, na presente estimativa orçamentário-financeira.

No que diz respeito às projeções, para os exercícios de 2024 e 2025 foram aplicadas as metas inflacionárias divulgadas pelo Banco Central do Brasil, que para 2024 estima-se 3,00%, de acordo com a Resolução CMN nº 4.918/2021, e para 2025 3,00%, nos termos da resolução CMN nº 5.018/2022.

Levando-se em consideração o aumento de despesa em virtude dos aumentos decorrentes do referido Projeto de Lei, abaixo a análise individual de cada despesa:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

Tabela 1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Reajuste de 10,0% servidores efetivos	Vencimentos	Férias	13º Salário	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	42.702,34	14.234,11	42.702,34	526.662,19	586.445,45	604.038,82

Tabela 1.1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Obrigações Patronais – cargos efetivos	Obrigações Patronais	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	9.283,49	114.496,36	127.493,24	131.318,04

Tabela 2 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Reajuste de 10,0% servidores comissionados administrativos	Vencimentos	Férias	13º Salário	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	10.345,96	3.448,65	10.345,96	127.600,11	142.084,45	146.346,98

Tabela 2.1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Obrigações Patronais – cargos comissionados	Obrigações Patronais	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	2.401,94	29.623,90	32.986,61	33.976,21

Tabela 3 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Aumento de 300 pontos por gabinete e reajuste 10,0% cargo Oficial de Gabinete da Presidência	Vencimentos	Férias	13º Salário	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	144.584,30	48.194,77	144.584,30	1.783.206,39	1.985.624,36	2.045.193,10

Tabela 3.1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa

Obrigações Patronais aumento da pontuação dos gabinetes e o cargo oficial de gabinete da presidência	Obrigações Patronais	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	33.566,98	413.992,76	460.986,52	474.816,12

Tabela 4 - Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Impacto sobre o Orçamento 2023	Gasto Total Estimado 2023	Orçamento	Impacto
	2.995.581,72	31.831.221,35	9,41%
Impacto sobre Limite Constitucional (art. 29-A, §1º, CRFB/88)	Gasto Estimado com Pessoal	Orçamento (limite 70%)	Impacto
	2.437.468,70	22.281.854,95	10,94%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2023	2.437.468,70	31.831.221,35	7,66%
Impacto sobre o Orçamento 2024	Gasto Total Estimado 2024	Orçamento	Impacto
	3.335.620,64	28.795.840,00	11,58%
Impacto sobre o Orçamento 2025	Gasto Total Estimado 2025	Orçamento	Impacto
	3.435.689,26	31.545.400,00	10,89%

*Previsão orçamentária do PPA 2022-2025 (Lei Municipal nº 5.400, de 15/12/2021). Decreto nº 4.518, de 08/03/2023

A tabela 4 indica a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2023, 2024 e 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

Vale ressaltar que durante a execução orçamentária de 2022 e 2023 foi necessária a solicitação de suplementação de dotações do legislativo com anulação de dotações do Executivo, a fim de readequar o orçamento, haja vista a arrecadação superior ao estimado para a construção do orçamento, impactando diretamente nos valores recebidos pela Câmara Municipal.

4 – CONCLUSÃO

Considerando as informações apresentadas nas tabelas acima verifica-se que o presente estudo vinculado ao reajuste de 10,0% (dez por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023 e o aumento de 300 (trezentos) pontos no limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906/2008, resultando no gasto total de R\$2.995.581,72 até o término de 2023, R\$3.335.620,64 e R\$3.435.689,26 respectivamente nos exercícios de 2024 e 2025:

I - atende aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal,
II - observa o limite de 70% de gasto com pessoal,
III - não ultrapassa 5% da receita do município com o Poder Legislativo,
IV - as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023, conforme demonstrado e,

V - está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

A estimativa de gasto total com a folha de pagamento no ano, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, totalizará 60,03% (sessenta inteiros e três centésimos por cento) da receita da Câmara.

Tabela 5 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro na Folha Anual

ANO	RECEITA (R\$)	GASTO TOTAL PESSOAL 2023 (R\$)	PERCENTUAL (%)
2023	31.831.221,35	19.104.881,82	60,03%

Concluimos, com base na estimativa acima, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que, de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Montes Claros-MG., 20 de março de 2023

FERNANDA MAGUEL MARQUES FAGUNDES

Assistente Técnica Administrativa
Contadora CRC/MG 59976

ADAILTON DA SILVA OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade
Contador CRC/MG 119441

5 – DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DA DESPESA

(art. 16, inciso II da LC 101/2000)

Declaro, para os devidos fins que o aumento da despesa supracitada, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e está compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros/MG, 20 de março de 2023

MARTINS LIMA FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 29/2023 QUE “Dispõe sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros/Mg, e contém outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa sobre reajuste aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

A iniciativa de projetos versando sobre servidores públicos do poder Legislativo é da Mesa Diretora, como no caso presente, sendo que não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou ilegalidade em seu objeto.


Foi juntado ao projeto impacto financeiro que demonstra a capacidade financeira para a realização da despesa prevista no projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de março de 2023.


LUCIANO BARBOSA BRAGA
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 29/2023

AUTOR: Mesa Diretora

MATÉRIA: Dispõe sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG e contém outras providências.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 21/03/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/03/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo dispor sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

O Projeto de Lei em estudo concede o reajuste de 10% aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

De igual modo, dispõe que o limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906, de 14 de março de 2008, e suas posteriores alterações, fica acrescido de 300 (trezentos) pontos, tendo sido o valor do ponto fixado pela Lei Municipal nº 3.002, de 19 de abril de 2002.

A proposição também prevê que na composição dos gabinetes deverá ser observado o limite mínimo de 02 (dois) assessores e o máximo de 16 (dezesesseis), por gabinete.

Ressalva a proposição que o reajuste e o acréscimo previstos ficarão condicionados à disponibilidade financeira e aos limites previstos no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Informa que as despesas decorrentes desta proposição correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, sendo que a proposição entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que o reajuste aos servidores inativos e aos ativos produzirá seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

Verifica-se que foi juntada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no qual a Mesa Diretora informa que o reajuste de 10% aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023 e o aumento de 300 (trezentos) pontos no limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906/2008, atenderá aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal; observa o limite de 70% de gastos com pessoal, previsto no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal; não ultrapassa 5% da receita do Município com o Poder Legislativo, conforme limite estabelecido pelo art. 29-A, inciso III, da Constituição Federal; as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023 e está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

Consta, ainda, Declaração de Compatibilidade da Despesa emitida pelo Presidente da Câmara Municipal.

Desta forma, observa-se que a matéria trata de assunto de interesse local, de competência da Mesa Diretora, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e dos artigos 16,



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

inciso I, e 43, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, portanto, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2023

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Suplente do Vice-Presidente: Ver. Raimundo Pereira da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 29/2023

AUTOR: Mesa Diretora

MATÉRIA: Dispõe sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG e contém outras providências.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas em 21/03/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/03/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo dispor sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

O Projeto de Lei em estudo concede o reajuste de 10% (dez por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

De igual modo, dispõe que o limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906, de 14 de março de 2008, e suas posteriores alterações, fica acrescido de 300 (trezentos) pontos, tendo sido o valor do ponto fixado pela Lei Municipal nº 3.002, de 19 de abril de 2002.

A proposição também prevê que na composição dos gabinetes deverá ser observado o limite mínimo de 02 (dois) assessores e o máximo de 16 (dezesesseis), por gabinete.

Ressalva a proposição que o reajuste e o acréscimo previstos ficarão condicionados à disponibilidade financeira e aos limites previstos no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Informa que as despesas decorrentes desta proposição correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, sendo que a proposição entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvado que o reajuste aos servidores inativos e aos ativos produzirá seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

Verifica-se que foi juntada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no qual a Mesa Diretora informa que o reajuste de 10% (dez por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2023 e o aumento de 300 (trezentos) pontos no limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906/2008, resultará no gasto total de R\$2.995.581,72 (dois milhões, novecentos e noventa



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos) até o término de 2023, R\$3.335.620,64 (três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) e R\$3.435.689,26 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos) respectivamente nos exercícios de 2024 e 2025, atendendo aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal; observa o limite de 70% (setenta por cento) de gastos com pessoal, previsto no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal; não ultrapassa 5% (cinco por cento) da receita do Município com o Poder Legislativo, conforme limite estabelecido pelo art. 29-A, inciso III, da Constituição Federal; as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023 e está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

Em razão da estimativa de gasto total com a folha de pagamento no ano, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, totalizar 60,03% da receita da Câmara Municipal, foi declarado que, de acordo com a estimativa apresentada, a entidade dispõe de recursos orçamentários e que, de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Nesse sentido, com base na estimativa apresentada pelo estudo de impacto orçamentário-financeiro, o aumento das despesas trazido pela proposição tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e está compatível com o PPA e com a LDO.

Dessa forma, esta Comissão, no mérito, entende que a propositura se encontra dentro das normas constitucionais e legais, estando as respectivas despesas dentro dos limites admitidos pelas Leis Orçamentárias.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 22 de março de 2023

Presidente em exercício: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito

Suplente do Presidente: Ver. Edmilson Bispo dos Santos